

O QUE VAI MUDAR

1 — Corte nas despesas com o funcionalismo. Há duas hipóteses: fim dos aumentos mensais ou demissões.

2 — Privatização de estatais. Nove empresas já estão com suas situações totalmente examinadas.

3 — Revisão orçamentária, com o corte de despesas e a redução de incentivos e de subsídios.

4 — Modificações na política monetária, para evitar um aquecimento da demanda e o risco de monetização.

5 — Ampliação do gravame sobre as operações de curto prazo no mercado financeiro, para gerar receita adicional.

Mailson: agora será menos difícil.

Muito cauteloso, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, procurou separar o resultado da votação na Assembléia Constituinte do anúncio das medidas de ajuste da economia. Tanto cedo, no desembarque da viagem de quatro dias à Venezuela, para a reunião anual do BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento, quanto num encontro com os jornalistas, à tarde, Mailson procurou deixar em aberto os próximos passos do governo. Ainda assim reconheceu que a adoção do presidencialismo e do mandato de cinco anos "removeu uma grande área de incerteza que pairava sobre a economia brasileira". Para ele, "agora, a condução da política econômica será menos difícil".

Mailson afirmou que "as medidas serão adotadas o mais rápido possível", embora ressaltasse: "Não tenho indicação de que o governo já esteja pronto para anunciar as medidas". Ele negou também qualquer possibilidade de congelamento de preços ou choque, presentes em muitos boatos que circularam ontem em Brasília. "Nenhum congelamento seria eficaz com os níveis potenciais de déficit público que temos", explicou.

"O árbitro é o presidente", afirmou o ministro da Fazenda, recusando-se a fixar prazos para a divulgação das medidas. Ele também manteve a postura de guardar segredo sobre os cortes dos gastos do governo. Limitou-se a repetir que as medidas irão ajustar os gastos à disponibilidade de receitas do governo, reduzindo o déficit público a um nível que possa ser financiado sem provocar perturbações na economia.

O ministro informou que receberia os primeiros estudos de sua equipe ontem mesmo, mas não revelou quando levaria as propostas da Fazenda a Sarney. As medidas em discussão incluem uma redução nos gastos com pessoal do governo e cortes em outras despesas previstas no orçamento geral da União, além de redução de incentivos fiscais e subsídios.

A uma indagação sobre se seria possível cortar o déficit com um mandato de quatro anos do presidente Sarney — isso porque ele só será definido quando da votação das disposições transitórias —, Mailson respondeu: "É



Sem congelamento, garante o ministro.

melhor com cinco".

O ministro da Fazenda também foi cauteloso quando se referiu ao custo que poderia ter o apoio dos governadores aos cinco anos e ao presidencialismo. Perguntado se eles poderiam exigir em troca um abrandamento da decisão do governo de congelar o endividamento dos estados e municípios nos níveis de 31 de dezembro de 87, Mailson disse que preferia confiar na consciência dos governadores a respeito

da necessidade de um ajuste financeiro da União, e de uma estabilização da economia, especialmente das taxas de inflação.

"Eles sabem que, se a situação da economia piorar, a situação dos Estados também vai piorar", disse Mailson, garantindo que o governo não tem a intenção de abrir qualquer exceção na limitação do endividamento. "Não vi nada, é você quem está dizendo isso", respondeu o ministro, ao final da entrevista, a uma pergunta jocosa sobre se a "fatura" dos cinco anos e do presidencialismo já tinha chegado à sua mesa.

Acordo externo

O ministro da Fazenda informou que existe a possibilidade de os próprios bancos credores adiantarem recursos para o pagamento dos juros devidos pelo Brasil no mês de abril. "É uma das alternativas em estudo", afirmou o ministro, dando conta das conversas que manteve com banqueiros credores em Caracas.

Mailson disse que não há impasse nas negociações para um acordo de médio prazo entre o governo brasileiro e os bancos credores, e previu que esse acordo poderá ser fechado nas duas próximas semanas. "Pagaremos os juros de março quando for fechado o acordo, e de abril, se tivermos a adequada assistência financeira", disse Mailson. Mas o ministro não quis adiantar qual o percentual que o governo brasileiro poderia retirar das reservas para o pagamento de abril, e o que poderia ser financiado pelos bancos. Mailson da Nóbrega garantiu também que não há relação direta entre a definição do mandato e do sistema de governo e a negociação da dívida.